



# **LATIFÚNDIO E AGRONEGÓCIO: IMPACTOS NA COMUNIDADE RURAL SALTINHO, EM CÂNDIDO DE ABREU, PARANÁ**

---

**Tiago João da Cruz**

*Universidade Federal da Fronteira Sul*

**Fábio Luiz Zeneratti**

*Universidade Federal da Fronteira Sul*

## **RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise acerca dos impactos do latifúndio e do agronegócio na escala local. O recorte espacial delineado abrange a área da Comunidade Rural Saltinho, localizada no município de Cândido de Abreu, estado do Paraná. O objetivo da pesquisa é identificar as causas e as consequências do aumento do latifúndio e o avanço do modelo do agronegócio na Comunidade. Nessa perspectiva, este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Ainda, no que se refere à metodologia, foi realizada, durante o trabalho de campo, a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Com isso, identificou-se que o latifúndio está se expandindo sobre as áreas pertencentes à agricultura camponesa. Além disso, o avanço do agronegócio se apresenta na Comunidade pela substituição da produção de alimentos, como o feijão, o milho e o arroz, por culturas comerciais, principalmente commodities, como a soja e o gado de corte.

**Palavras-chave:** Latifúndio, agronegócio, agricultura, camponeses.

## **Latifundium and agribusiness: Some impacts on the Saltinho Rural Community, in Candido de Abreu, Paraná**

---

## **ABSTRACT**

This article presents an analysis on the impacts of latifundium and agribusiness in a local scale. The space defined for the research covers the Saltinho Rural Community area, located in Candido de Abreu, state of Parana, Brazil. The research aims to identify causes and consequences of the increase in latifundium areas and the spread of the agribusiness model in the community. From this perspective, this paper encompasses bibliographical and field research, which contemplates semi structured interviews. Thereby, results show that latifundium is expanding

throughout the areas that belong to peasant agriculture. Besides, the dissemination of agribusiness presents itself in the community through replacing food production by commercial cultures, for instance, replacing the cultivation of beans, corn and rice by commodities such as soybean and beef cattle.

**Keywords:** Latifundium, agribusiness, agriculture, peasants.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as causas e as consequências do aumento do latifúndio e do avanço do agronegócio na Comunidade Rural Saltinho, localizada no município de Cândido de Abreu, estado do Paraná.

O problema que fomentou esta investigação explicita-se a partir da realidade da comunidade, pois o latifúndio avança por meio da compra das terras pelos latifundiários, grandes proprietários de terras. Empiricamente é isso que se nota, mas, como bem disse Marx (2008, p. 1080), “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”. Portanto, impõe-se aqui o desafio da compreensão científica do fenômeno, tarefa que ocupa as próximas páginas deste artigo.

Este processo de concentração fundiária está ligado à modernização da base técnica da agricultura, dinâmica imposta pelo modelo produtivo do agronegócio. Isso confere ao campo a tarefa de produzir *commodities* como a soja, o trigo, o gado, entre outras. Os camponeses que, em grande parte, não têm recursos para acompanhar essa dinâmica produtiva, acabam vendendo suas terras, processo bem analisado por Paulino (2006) no estado do Paraná.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa é de base qualitativa, e a metodologia consiste no levantamento bibliográfico, no uso de dados obtidos em bases oficiais, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e na pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 2022.

Para a coleta de dados em campo foi realizada, em um primeiro momento, pesquisa de caráter exploratório, entrevistando-se três famílias, com a intenção de ampliar a compreensão da realidade estudada; em um segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco famílias, a partir do uso de roteiros de pesquisa.

Todos os entrevistados são considerados camponeses, pois se enquadram na Lei nº 11.326/2006, a qual considera que a área dos imóveis pertencentes à agricultura familiar deve ser de até quatro módulos fiscais, mão-de-obra própria, entre outros critérios. A área média das famílias entrevistadas é de 25,28 hectares, sendo a menor com 0,6 hectares e a maior com 45,98 hectares, todas com trabalho familiar. Além disso, o módulo fiscal no município de Cândido de Abreu é de 20 hectares, conforme fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>1</sup>, o que significa que as propriedades com até 80 hectares, desde que atendidos os demais critérios, são unidades familiares.

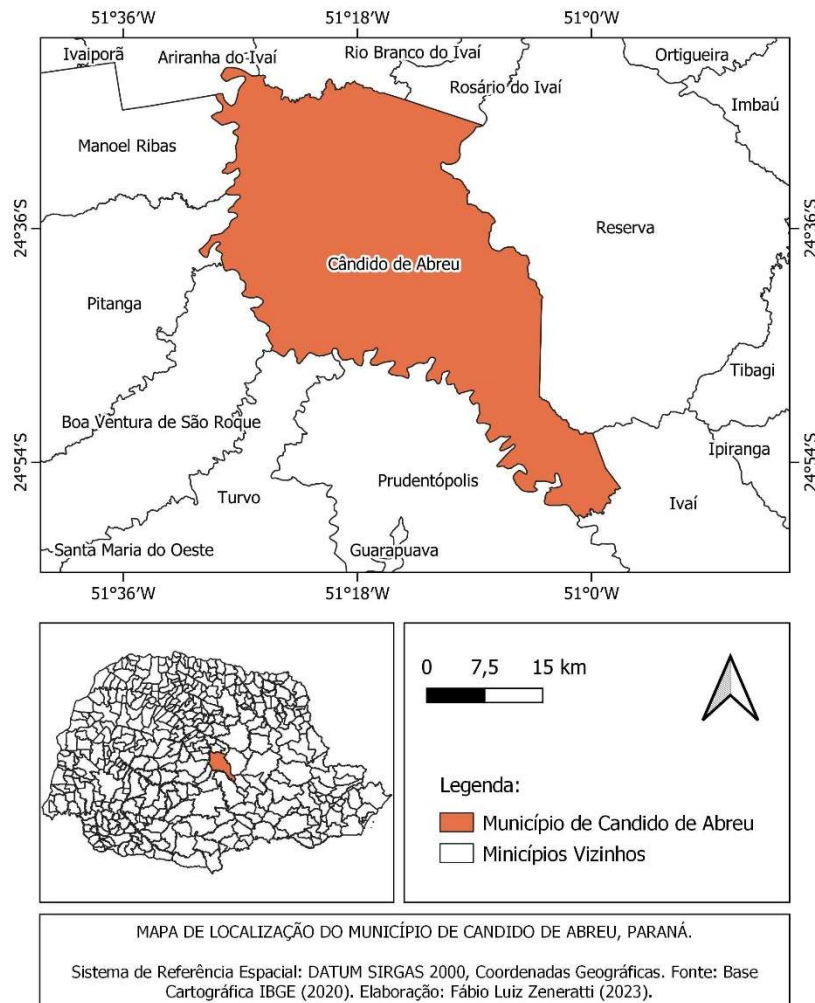
Por fim, cabe destacar que os nomes dos entrevistados foram substituídos por números neste trabalho, com a intenção de garantir o anonimato das fontes e de evitar a exposição dos sujeitos.

Estes procedimentos metodológicos, aliados à compreensão crítica da dinâmica do campo e da agricultura no modo capitalista de produção, permitiram compreender os fenômenos territoriais em curso na Comunidade Saltinho.

### LATIFÚNDIO E AGRONEGÓCIO NA COMUNIDADE SALTINHO: ENTRE SAÍDAS E RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO

A Comunidade Rural Saltinho está situada no município de Cândido de Abreu, pertencente à Mesorregião do Norte Central Paranaense. Na Figura 1 é possível identificar a localização do município.

**Figura 1.** Localização do município de Cândido de Abreu/PR



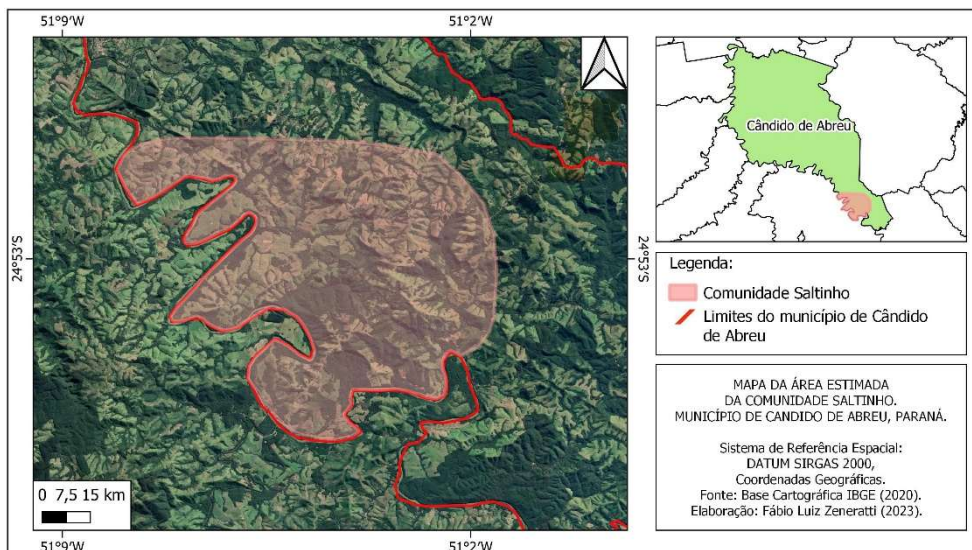
Fonte: Autores (2022).

O município de Cândido de Abreu teve sua origem a partir da Colônia Tereza Cristina (TEODORO, 2018), fundada em meados do século XIX, pelo médico francês Jean Maurice Faivre, que tinha como ideal o socialismo utópico.

A colônia contou com apoio e financiamento do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina. Faivre veio da Europa e trouxe consigo diversos imigrantes franceses, poloneses, ucranianos e alemães, seduzidos com a criação de uma comunidade baseada nos conceitos do socialismo e do cooperativismo (FERNANDES, 2006). Porém, com a morte de seu fundador, esse idealismo foi se perdendo e o projeto acabou. Após esse fracasso, muitos desses colonizadores se instalaram nas proximidades, criando várias comunidades, sendo uma delas a colônia Cândido de Abreu (atual sede do município).

O município foi criado em 26 de novembro de 1954, resultante do desmembramento do município de Reserva/PR. Segundo dados do IBGE, Cândido de Abreu possui uma área territorial de 1.510,160 quilômetros quadrados, com uma população de 15.244 habitantes (IBGE, 2022). Já a comunidade Saltinho tem uma área de aproximadamente 6.800 hectares, com uma população aproximada de 200 habitantes, conforme informações coletadas em trabalho de campo. Na Figura 2 está uma representação aproximada da área e a localização da comunidade.

**Figura 2.** Localização aproximada da Comunidade Saltinho



Fonte: Autores (2022).

A Comunidade Saltinho possui uma pequena vila, onde estão presentes os seguintes estabelecimentos comerciais: uma mercearia, um bar, uma igreja de rito

ucraniano, uma unidade básica de saúde, uma escola e as residências onde moram aproximadamente 50% dos habitantes da comunidade. Os residentes da vila são, na maioria, aposentados e pequenos camponeses proprietários de terras. Os demais moradores da comunidade residem nas grandes propriedades capitalistas na condição de trabalhadores assalariados.

Vale destacar que não foram encontrados registros bibliográficos sobre a comunidade, de modo que este estudo histórico foi realizado por meio de diálogos com três pessoas durante a pesquisa exploratória, primeira fase dos trabalhos de campo. São elas: uma catequista da comunidade, um idoso aposentado da comunidade e um idoso aposentado que reside em uma comunidade vizinha, mas que teve sua infância na Comunidade Saltinho. Essas pessoas foram entrevistadas por terem contato direto com a comunidade, em toda a sua vida, ou seja, possuem conhecimento histórico do local adquirido pela vivência e herdado de seus pais ou outros moradores.

De acordo com esses entrevistados, a comunidade possui aproximadamente 100 anos. Segundo o que relatou o entrevistado 01, quando seus pais e avós chegaram na comunidade, ela já existia, embora não saiba em que ano seus pais se instalaram no local. Porém, segundo a entrevistada 02, a primeira igreja da comunidade foi construída em 1930, com a ajuda dos antepassados do entrevistado 01, de forma que podemos concluir que a comunidade foi fundada anteriormente a essa data. Acredita-se que, assim como a Colônia Cândido de Abreu, a Comunidade Saltinho também tenha sido resultado do fracasso da Colônia Tereza Cristina.

A produção agrícola em Saltinho, ao longo do tempo, caracterizou-se pela agricultura camponesa, baseada em duas frentes: a produção para autoconsumo e a produção comercial, com destaque para a produção de milho e feijão, juntamente com a produção de verduras, frutas e a criação de suínos e galinhas, entre outras, sempre realizadas com trabalho familiar. Essa é uma característica típica do campesinato, pois, como destaca Marques (2008, p. 60):

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Porém, atualmente, com o avanço do modelo produtivo do agronegócio, outras culturas e criações passaram a ser predominantes na comunidade, especialmente a criação de gado de corte e a produção de soja, em caráter exclusivamente comercial. Observa-se, portanto, uma mudança na dinâmica produtiva e social em Saltinho, visto que

O agronegócio não é uma produção que envolve os sujeitos territorializados no processo, pois sua importância, como o próprio nome diz, é o “negócio”, o lucro [...], [a exploração] dos poucos trabalhadores assalariados e muitas máquinas. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 47 apud FERREIRA, 2019, p. 82).

No território, fruto dessas relações sociais e produtivas, notam-se os arranjos espaciais. A área correspondente à Comunidade Saltinho está dividida entre latifúndios e pequenas propriedades. Aproximadamente a metade das terras é ocupada por grandes propriedades, as quais pertencem a seis proprietários, que não residem na comunidade; a outra metade das terras, por outro lado, está dividida em pequenas propriedades pertencentes a cerca de 60 famílias camponesas.

A Comunidade Saltinho não foge à dicotomia do campo brasileiro, trazendo o contraste entre latifúndios e pequenas propriedades (COSME, 2020), assim como do agronegócio em relação à agricultura camponesa. O resultado desse processo tem sido o avanço dos latifúndios e das formas produtivas do agronegócio sobre as áreas ocupadas pela agricultura camponesa. É esse movimento que será analisado a seguir.

Segundo os moradores, é notório o avanço do latifúndio e do agronegócio na comunidade, então, cabe aqui uma breve distinção conceitual. O latifúndio é aqui entendido como terra que não cumpre sua função social (AUTOR, 2017) ou terra apropriada indevidamente, terra grilada (OLIVEIRA, 2017). Já o agronegócio é compreendido como um complexo de sistemas (FERNANDES; WELCH, 2008) que envolve agricultura, indústria, mercado e finanças. Trata-se de um modelo produtivo assentado na produção de *commodities* majoritariamente destinadas ao mercado externo, no incremento exacerbado de insumos químicos, intensa mecanização e financeirização da produção.

Em síntese, o latifúndio é terra apropriada indevidamente (grilada) ou, ainda, terra na qual o proprietário não respeita as leis trabalhistas, ambientais e os índices mínimos de produtividade. O agronegócio, por sua vez, é uma forma de produzir, ou seja, um modelo produtivo, e por isso pode estar presente tanto na pequena propriedade camponesa quanto na grande propriedade capitalista.

Na área de estudo, foco da pesquisa que sustenta este artigo, nota-se a expansão das terras pertencentes aos latifundiários, resultando na desterritorialização dos camponeses que tiveram suas terras incorporadas ao patrimônio do latifundiário. Ademais, identifica-se o avanço do modelo produtivo do agronegócio sobre as terras da comunidade, tanto sobre as frações camponesas quanto nas capitalistas. O agronegócio, nesse caso, tem provocado intercâmbios de territorialidades expressos na mudança do tipo de cultivo empreendido pelos agricultores, subordinando-os ao mesmo tempo em que os mantém na terra.

A agricultura camponesa tem por característica a diversidade da produção, ou seja, não produz uma única cultura exclusiva para o mercado (FERNANDES; WELCH,

2004). Essa característica está presente na Comunidade Saltinho, onde todos os entrevistados relataram haver uma ampla variedade na produção agrícola das famílias, como milho, feijão, arroz, verduras, legumes, frutas, suínos, galinhas e ovos para autoconsumo, bem como gado de corte, soja e erva-mate para comercialização.

Além disso, destaca-se a possível comercialização do excedente, elemento típico das famílias camponesas (PAULINO; KRÜGER, 2010). Nesse caso, a pesquisa identificou que a comercialização do excedente se restringe ao arroz, suínos, galinha e ovos, dos quais a produção tem caráter exclusivo para autoconsumo, mas, devido ao volume, pode em alguns momentos ser comercializado. Já no caso das verduras, legumes e frutas, a produção se restringe ao consumo familiar, e o excedente passa a ser doado aos vizinhos e também utilizado como alimento dos animais.

No que se refere ao feijão e ao milho, os entrevistados os elencaram como produtos voltados principalmente à comercialização, além do autoconsumo de uma pequena parte. Dos cinco entrevistados na segunda fase da pesquisa, apenas a entrevistada 02, que é viúva e aposentada, tem a produção agrícola exclusiva para autoconsumo.

Um ponto que se destaca ao analisar os dados refere-se ao destino da produção, pois é constante a presença de atravessadores na dinâmica comercial da produção agrícola da Comunidade Saltinho. Esse fato certamente está relacionado à grande distância da comunidade dos centros de comercialização e centros urbanos. Por exemplo, a sede do município de Cândido de Abreu fica a aproximadamente 65 quilômetros de distância da comunidade, e as sedes dos municípios vizinhos, como Ivaí/PR e Reserva/PR, respectivamente mais próximas, ficam a mais de 50 quilômetros de distância.

A comercialização realizada por meio dos atravessadores acarreta o rebaixamento do preço dos produtos comercializados pelos camponeses. Portanto, o montante monetário que o camponês recebe por seus produtos é inferior ao preço de mercado. Para Santos e Teló (2011), dessa forma, o atravessador acumula capital na comercialização da produção, apropriando-se do resultado do trabalho dos camponeses.

Outro ponto que vale a pena salientar é a comercialização direta com as cerealistas, cooperativas e frigoríficos. Essa comercialização direta está presente entre as famílias mais bem estruturadas, com áreas maiores de terra, que acabam se integrando melhor ao modelo produtivo do agronegócio. Aqui nota-se uma diferenciação socioeconômica entre os camponeses, aqueles com menos recursos ficam dependentes dos atravessadores, já aqueles com mais recursos conseguem esquivar-se deles e entregar a produção de maneira direta às empresas e cooperativas, garantido melhores ganhos.

O Quadro 01, a seguir, detalha o que é produzido e o destino da produção em cada uma das propriedades dos entrevistados.

**Quadro 1.** Produção e destino dos produtos nas propriedades.

<b>Produção</b>	<b>Destino</b>
<b>Entrevistado 01</b>	
Feijão	Autoconsumo, Cerealista (Baldissera) e atravessadores
Milho	Autoconsumo e venda do excedente para vizinhos e atravessadores
Arroz	Autoconsumo
Soja	Cooperativa (COCARI)
Triticale	Vendas informais na comunidade e comunidades vizinhas
Verduras, Legumes e Frutas	Autoconsumo
Galinhas, Ovos e Suínos	Autoconsumo
<b>Entrevistado 02</b>	
Feijão	Autoconsumo
Arroz	Autoconsumo
Milho	Autoconsumo
Galinhas, Ovos e Suínos	Autoconsumo
Verduras, Legumes e Frutas	Autoconsumo
<b>Entrevistado 03</b>	
Feijão	Autoconsumo e venda para atravessadores
Milho	Autoconsumo e venda do excedente para vizinhos e atravessadores
Arroz	Autoconsumo
Gado de corte	Autoconsumo e venda para atravessadores
Leite e derivados	Autoconsumo
Galinhas, Ovos e Suínos	Autoconsumo e venda do excedente informalmente
Verduras, Legumes e Frutas	Autoconsumo
<b>Entrevistado 04</b>	
Feijão	Cerealista (Taradenko), atravessadores e autoconsumo
Milho	Autoconsumo e venda do excedente para vizinhos e atravessadores
Soja	Cooperativa (COCARI)
Erva-mate	Atravessadores
Verduras, Legumes e Frutas	Autoconsumo
Galinhas, Ovos e Suínos	Autoconsumo
<b>Entrevistado 05</b>	
Feijão	Autoconsumo
Milho	Autoconsumo
Gado de corte	Frigorífico (Frigonesi) e atravessadores
Verduras, Legumes e Frutas	Autoconsumo
Galinhas e Ovos	Autoconsumo
Suínos	Autoconsumo e venda do excedente de forma informal

Fonte: Autores (2022).

A Cooperativa Agropecuária e Industrial (COCARI) tem sede em Mandaguari/PR e atua na região. Ela possui, inclusive, entrepostos em grande parte dos municípios dos estados do Paraná e de Goiás. A cooperativa opera no recebimento e comercialização da produção de seus cooperados e também no segmento industrial. Atua em todas as frentes do agronegócio, indo do comércio de produtos agrícolas brutos até a industrialização, criação e abate de aves e peixes, fornecimento de insumos para criação pecuária e agrícola em geral.

Também atua na área de estudo a Indústria e Comércio de Cereais Baldissera LTDA, mais conhecida como Cerealista Baldissera. Ela tem sua sede no município de Prudentópolis/PR. A cerealista atua na área de comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, tendo como principal produto de comercialização o feijão, também atuando na área de beneficiamento e fracionamento de outros produtos, como trigo, sorgo, milho, soja, cevada, farinha de trigo, centeio, amendoim e outros cereais.

Já a empresa Taradenko Cereais, atuante na comunidade, está localizada no município de Ivaí/PR, operando na área de comercialização atacadista de produtos agrícolas brutos, como feijão, milho e soja.

Por fim, o Frigorífico Frigonesi, detentor da marca Frinesi, fica localizado no município de Ivaí/PR. Atua na área alimentícia com a fabricação de embutidos e defumados de suínos, bovinos, bubalinos, caprinos e avestruzes, e ainda opera com o serviço de abate desses animais.

Esses canais de comercialização e obtenção de insumos permitem a uma parte dos camponeses as entradas e saídas necessárias no processo produtivo, ainda que, em muitos casos, a comercialização possa acontecer em paralelo, isto é, uma parte da produção vai para os atravessadores e outra para as empresas e cooperativas.

Isso fica evidente no caso do entrevistado 05, pois sua criação de gado tem duas frentes de comercialização. Os bezerros são destinados aos atravessadores, já as vacas de descarte são destinadas ao frigorífico. Isso ocorre porque esse tipo de gado desperta pouco interesse dos atravessadores, devido ao preço extremamente abaixo de mercado. Para comercializar, os camponeses investem na alimentação para a engorda das vacas e no transporte até o frigorífico, auferindo resultados minimamente remuneradores.

Outros pontos expressivos obtidos durante as entrevistas merecem relevo. Um deles é o vínculo dos camponeses com a terra, fruto do tempo de vida na comunidade e nas propriedades. Essa característica está relacionada à forma de aquisição das propriedades, pois foram adquiridas em grande parte por meio de herança, o que cria um sentimento de pertencimento ao lugar onde a família reside e trabalha.

No que se refere à dinâmica de trabalho, na comunidade não foi identificado presença de trabalhadores assalariados nas propriedades pequenas. Em contraponto, em alguns casos, o trabalho dos camponeses externos à propriedade apresenta-se como complementação da fonte de renda das famílias.

Tal estratégia é chamada por Oliveira (2007, p. 41) de trabalho acessório, que é

[...] o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa.

No caso do entrevistado 03, com uma área de apenas 19,36 hectares, inferior a um módulo fiscal em Cândido de Abreu, ele e sua esposa realizam trabalhos externos à propriedade. Na data de realização da entrevista, ambos trabalhavam em uma pequena serraria na comunidade vizinha de Tereza Cristina. Trabalho informal, pago por dia trabalhado, formato que permite a integração entre o trabalho fora e as atividades em sua propriedade, auxiliados também por suas duas filhas que colaboram com a manutenção do sítio. Já no caso do entrevistado 05, sua esposa tem trabalho fixo como técnica de enfermagem, atuando nas unidades básicas de saúde das comunidades de Saltinho e de Tereza Cristina.

Além disso, identificou-se na comunidade uma mudança referente às principais fontes de renda nos últimos anos, inclusive com a inserção do modelo produtivo do agronegócio. Mudança apresentada no Quadro 02, a seguir.

**Quadro 2.** Principais fontes de renda familiar (atuais e antigas)

PRINCIPAIS FONTES DE RENDA	
ATUAIS	ANTERIORES
<b>Entrevistado 01</b>	
Aposentadoria	Feijão e milho
<b>Entrevistado 02</b>	
Aposentadoria	Feijão e milho
<b>Entrevistado 03</b>	
Criação de gado e trabalhos diários em serraria	Feijão e milho
<b>Entrevistado 04</b>	
Soja, feijão e milho	Feijão e milho
<b>Entrevistado 05</b>	
Criação de gado e trabalho assalariado no posto de saúde	Feijão e milho

Fonte: Autores (2022).

Esta mudança nas principais fontes de renda dos entrevistados demonstra uma alteração na dinâmica econômica e social da comunidade. Do ponto de vista da composição social, identifica-se que, nas famílias que têm como principal fonte de

renda a aposentadoria na atualidade, os filhos já não mais residem na propriedade, como revelaram em diálogo durante a entrevista. Aqui estamos diante do envelhecimento da população rural aliado à saída dos jovens do campo em direção aos centros urbanos.

Outro elemento importante a ser analisado na área de estudo é a integração dos camponeses ao modelo produtivo do agronegócio, movimento esse manifestado também na mudança das principais fontes de renda dos entrevistados, com a atual presença da criação de gado de corte e o cultivo da soja. Essa mudança acarretou a redução da área cultivada com o feijão e o milho, culturas tradicionais da agricultura camponesa na região.

Contudo, o avanço do modelo produtivo do agronegócio não fez desaparecer os camponeses, eles resistem no território ao passo que incorporam esse modelo sem modificar as relações sociais de produção, que permanecem de base familiar. Aliás, como corrobora Oliveira (1996, p. 56), é justamente a força de trabalho familiar a característica básica e fundamental da produção camponesa, ou seja, o trabalho familiar é o motor do processo de trabalho nas frações do território sob controle do campesinato – e na Comunidade Saltinho não é diferente.

Por outro lado, esse processo de mudança na base produtiva da comunidade está relacionado a três fatores determinantes. O primeiro é a degradação das terras que passaram a ser menos produtivas. O segundo fator está relacionado ao relevo acidentado da região, com grande declividade (Figura 3) e com a característica de que, em muitas de suas áreas, todo o processo produtivo depende de força de trabalho braçal. Essa impossibilidade do uso de maquinário agrícola acarreta a redução da produtividade devido à falta de mecanismos de aplicação de fertilizantes. O terceiro fator é a redução de custos de produção, já que tanto a criação de gado de corte como a produção de soja demandam pouca mão-de-obra se comparadas com a produção de feijão e de milho.

Dessa forma, as áreas com maior declividade passaram a ser cultivadas com pastagens por sua melhor adaptação ao relevo e às características do solo, atendendo à criação de gado<sup>ii</sup>. Portanto, reduzindo a mão-de-obra utilizada, passa apenas a força de trabalho familiar a ser suficiente para atender a demanda das atividades da propriedade. Já as áreas mais planas, possíveis de mecanização, continuam sendo cultivadas com feijão, milho e, mais recentemente, com ênfase ao cultivo da soja. Tanto os criadores de gado como os produtores de soja alegaram a adesão a essas culturas pela maior rentabilidade financeira comparando com a produção de feijão e milho.

A adesão dos camponeses ao modelo produtivo do agronegócio é certamente uma estratégia de recriação, pois, como afirmam Paulino e Krüger (2010, p. 100), “[...] resta assinalar que essa classe se vale de diferentes estratégias para garantir sua recriação, o que não exclui a produção de *commodities* [...]”.

Com a integração ao modelo produtivo do agronegócio, apresenta-se a utilização do pacote tecnológico atrelado a esse tipo de produção. Quatro dos entrevistados utilizam tratores nas propriedades, sendo que apenas o entrevistado 04 é

proprietário do equipamento, os demais entrevistados contratam horas de trabalho com trator nos períodos de plantio e colheita.

**Figura 3.** Vista panorâmica de parte do relevo da Comunidade Rural Saltinho



Fonte: Autores (2022)

Nenhum dos entrevistados tem colheitadeira, mas utilizam esse maquinário por meio da contratação de serviço de um terceiro, o qual é produtor de soja na comunidade, de forma que colhe a própria produção e, depois, colhe a dos outros produtores com menor área, como a do entrevistado 04. Quatro dos entrevistados utilizam adubos químicos em suas propriedades. O entrevistado 04 é o que utiliza em maior quantidade devido à produção de soja, os demais utilizam apenas a ureia nas plantações de milho. Já no caso dos agrotóxicos, todos os entrevistados os utilizam em suas propriedades, tanto nas lavouras como, no caso da entrevistada 07, para limpeza do lote.

Além da integração ao modelo produtivo e ao pacote tecnológico do agronegócio, na comunidade é evidente o avanço dos latifúndios sobre as terras camponesas. Esse avanço fica explícito quando observamos os dados relatados pelos entrevistados, o quais indicam que quatro deles presenciaram esse avanço sobre suas próprias propriedades.

O entrevistado 06 vendeu uma área de 24,2 hectares a um latifundiário da região; a entrevistada 07 vendeu duas áreas, totalizando 26,62 hectares; e o entrevistado 08 vendeu uma área de 1,21 hectares. Ainda, o entrevistado 08, além da sua área vendida, teve uma redução maior das terras utilizadas, pois ele arrendava parte dos 18,15 hectares que pertenciam a seus familiares. Essas terras foram vendidas e, nesse caso, o comprador foi o mesmo latifundiário que comprou a propriedade do entrevistado 06. Ademais, o entrevistado 04 vendeu duas áreas, totalizando 65,34

hectares, sendo uma das propriedades vendida para o mesmo que comprou as propriedades da entrevistada 02.

Os motivos que levaram os entrevistados a venderem parte de suas propriedades são diversos. O entrevistado 06 vendeu parte de sua propriedade para comprar casas para os filhos que moram em centros urbanos. A entrevistada 07, por sua vez, vendeu suas terras em momentos distintos. A primeira área vendida teve como motivo a necessidade de dinheiro para o tratamento de saúde de seu falecido marido. Mas, além disso, essa mesma área teve um segundo motivo para a venda: a dificuldade de entrar/sair da área, visto que ela estava cercada pelo latifúndio, pois o proprietário vizinho restringia o seu acesso até o sítio. Foi o referido latifundiário quem comprou a propriedade da entrevistada. Já a segunda propriedade foi vendida por ela após o falecimento do marido, pois não teve condições de continuar mantendo a propriedade sozinha, já que seus filhos estão morando em centros urbanos. O entrevistado 08 vendeu parte de suas terras pelo fato de sua área não ser desmembrada das áreas dos demais proprietários, os quais venderam por residirem em centros urbanos e não as utilizarem. Por fim, o entrevistado 04 vendeu parte de sua propriedade alegando não ter condições de explorar toda a terra, e utilizou parte da renda obtida pela venda na aquisição de seu trator.

Esse avanço só não é mais expressivo devido à resistência camponesa, pois os entrevistados 06, 08 e 05 já receberam propostas de compra feitas pelos latifundiários vizinhos. Os entrevistados 06 e 05 alegaram que não venderiam pelo pertencimento ao campo, por não terem interesse na venda, pelo apeço ao trabalho e pela necessidade de tirar o sustento para família. O entrevistado 05 relatou que “a propriedade só traz alegria, não tem por que vender”, e o entrevistado 06 disse que só vai pensar em vender quando não puder mais trabalhar.

Já o entrevistado 08 recebeu proposta de compra de toda a sua propriedade, mas afirma que a venda não desperta o seu interesse, pois as terras têm muitos herdeiros e as áreas não são desmembradas. Por fim, ele relatou que “ainda bem que não quiseram vender”, pois, caso a área seja vendida, ele terá que encontrar outra forma de extrair sustento para a família ou até mesmo ir morar em um centro urbano, hipótese que não lhe agrada.

O entrevistado 04 não teve proposta de compra da propriedade, mas enfatizou que, mesmo que tivesse, não a venderia.

Portanto, percebe-se na comunidade a presença dos sujeitos caracterizados como classe camponesa, que tratam a terra como meio de vida, não como mera mercadoria, como bem destacaram Santos e Teló (2011):

Não obstante esta dimensão econômico-social das relações camponesas só adquire significado frente à dimensão simbólico-cultural produzida nos variados contextos de sua reprodução, cujo cerne se encontra na construção de uma visão

distinta acerca do significado da propriedade da terra, concebida pelo camponês não apenas como um meio de produção, mas como fonte de vida. Da mesma forma, o trabalho é encarado como condição tanto para sua sobrevivência, quanto para sua dignidade. Por fim, a família é o elemento que centraliza essa visão sobre a terra e sobre o trabalho, e é a partir dela que se estabelece sua relação com tais elementos. (SANTOS; TELÓ, 2011, p. 164)

A partir de uma análise de Santos e Teló (2011), pode-se entender os sujeitos da Comunidade Saltinho como pertencentes à terra, tratando a propriedade não apenas como fonte de renda, mas sim como fonte de vida.

Quatro dos cinco entrevistados ressaltaram o avanço dos latifúndios sobre o território da agricultura camponesa na comunidade, acarretando mudança social, econômica e estrutural da comunidade. O entrevistado 06 ressaltou que conhece mais de dez famílias que venderam suas propriedades e foram para centros urbanos. Ele também apontou a presença de seis latifundiários na comunidade, e todos buscam ampliar suas propriedades. Essa expansão também é apontada pelo entrevistado como prejudicial para a comunidade, acarretando a redução da população, que, por sua vez, resulta no fechamento de estabelecimentos comerciais. Nos últimos dez anos, foram fechadas uma mercearia e uma pequena cerealista, consequência da redução da produção de feijão e milho.

Nessa lógica, o entrevistado 08 também relatou que é visível o movimento de venda das pequenas propriedades aos latifundiários, causando a redução da população. Porém, um ponto importante relatado por ele é a desaceleração desse movimento, no sentido de que os pequenos proprietários que pensavam em vender suas propriedades já venderam, e os que ainda permanecem não têm interesse em vender.

O entrevistado 04 relatou que nos últimos anos os latifúndios aumentaram bastante de tamanho, em contraponto, o número de pequenas propriedades vem diminuindo. Dinâmica que resulta na redução da população e de áreas de terra destinadas à produção de alimentos, as quais passam a produzir apenas gado e soja.

Já o entrevistado 05, mais sucinto em seu apontamento, relatou a efetividade do movimento de compra das pequenas propriedades pelos latifundiários, cujo resultado é que “acaba com a comunidade”. Assim, a redução da população atrelada à redução da produção agrícola comercializada na própria comunidade afeta a dinâmica econômica e social local.

Como se pode notar, na Comunidade Saltinho existe um processo de avanço do agronegócio sobre as propriedades camponesas, impondo seu modelo produtivo. Também está presente a ampliação do latifúndio, caracterizada pela compra das terras camponesas por latifundiários que querem ampliar seu patrimônio. Em ambos os casos, parte dos camponeses ainda resiste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos impactos do latifúndio e do agronegócio na escala local desvenda processos não perceptíveis quando analisados em escalas mais abrangentes. Evidentemente, no Brasil, esses fenômenos se manifestam com significativa intensidade, sendo o estudo multiescalar indispensável.

Na pesquisa aqui desenvolvida, que privilegia a escala local, ficou evidente que o latifúndio está se expandindo sobre as áreas pertencentes à agricultura camponesa, assim como se identifica o avanço do modelo produtivo do agronegócio sobre as terras dos camponeses.

No decorrer da pesquisa, observa-se que está em curso na Comunidade Saltinho a substituição da produção de culturas alimentares, tais como feijão, milho e arroz, por culturas comerciais, principalmente *commodities*, como a soja e o gado de corte. Isso imprime no território dinâmicas produtivas típicas do agronegócio, sem desterritorializar os camponeses, uma vez que os subordina ao modelo tecnológico como condição de manutenção.

Por outro lado, na Comunidade Saltinho estão presentes outros sujeitos vorazes por expandir seu patrimônio fundiário. Trata-se dos proprietários capitalistas da terra, latifundiários para os quais a terra é investimento. No outro lado, diante da dificuldade de produzir, bem como de resistir às investidas dos latifundiários ávidos para comprar as terras camponesas, muitos optam pela venda. O resultado é a expansão do latifúndio na comunidade.

Esses fenômenos não acontecem sem resistência. Parte dos camponeses da comunidade tem se negado à venda das terras, as quais são entendidas como meio de produção e reprodução da vida, condição necessária para sua existência. Portanto, o campesinato, nessa escala de análise, demonstra que a luta para permanecer na terra é constante. Esperamos que esta pesquisa sirva de instrumento para compreensão da realidade e municie os camponeses para resistir.

## REFERÊNCIAS

COSME, C. M. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. **Revista Pegada**, v. 21, n. 1, 2020.

Departamento de Economia Rural (DERAL). **Preço das terras**. 2022. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/terras>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FERNANDES, J. C. **Saga da esperança**: Socialismo utópico à beira do Ivaí. Curitiba: Sesquicentenário, 2006.

FERNANDES, B.M.; WELCH, C. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 17, 2004, Gramado: Anais e Contribuições Científicas. 2004.

\_\_\_\_\_. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. IN: FERNANDES, B.M. (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: uma questão atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, A. B. R. *et al.* O agronegócio no Brasil - Uma breve revisão histórica e conceitual. **Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários**, Buenos Aires, n. 50, p. 67-91, Jan./jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 14 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2022**. IBGE, 2022.

MARQUES, M. M. A atualidade do uso do conceito de Camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, Jan./jun. 2008.

MARX, K. **O Capital**. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: TORRES, M; DOBLAS, J; ALARCON, D. F. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017.

PAULINO, E. T; KRÜGER, C. R. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paraense. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 97-107, 2010.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: EDUNESP, 2006.

SANTOS, L, M. S.; TELÓ, F. O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 145-170, 2011.

TEODORO, A. C. **A memória como Raiz da identidade: Sujeito histórico da Linha Jacaré em Cândido de Abreu/PR**. 2018. TCC (Graduação em licenciatura) Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, Paraná, 2018.

Contato com o autor: [fabio.zeneratti@uffs.edu.br](mailto:fabio.zeneratti@uffs.edu.br)

Recebido em: 7/02/2024

Aprovado em: 17/06/2025

<sup>i</sup> O módulo fiscal é variável para cada município brasileiro, podendo ter de 5 a 110 hectares.

<sup>ii</sup> Segundo a tabela do Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL) é possível dizer que os solos da Comunidade Saltinho se enquadram na “classe VI”: terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento. Ocupação mais comum: Pastagens para bovino de corte (DERAL, 2022).